

DECLARAÇÃO DA JUVENTUDE — PARA A — TRANSFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO



NAÇÕES UNIDAS
CÚPULA DA EDUCAÇÃO
TRANSFORMADORA
2022

Nós, os jovens do planeta, reconhecemos que o mundo atual está sujeito a grandes turbulências. Diante estas múltiplas crises mundiais, a educação é a nossa primeira fonte de esperança e de soluções viáveis para podermos sobreviver e evoluir em paz e igualdade. Para mudar o mundo, **devemos primeiro transformar a educação.**

Durante décadas, fomos excluídos dos processos políticos e de tomada de decisão que afetam as nossas vidas, as nossas formas de subsistência e o nosso futuro, ou então, fomos apenas incluídos de forma simbólica.

No âmbito do processo de transformação da educação, queremos ser ouvidos, queremos que as nossas experiências sejam valorizadas, que os nossos apelos sejam levados em consideração e que o nosso esforço, a nossa liderança e as nossas intervenções sejam reconhecidos.

Pretendemos alcançar esses objetivos não como destinatários passivos, mas sim como parceiros e colaboradores em cada etapa do processo.

Não estamos à espera que nos convidem para transformar a educação. Na verdade, **estamos na vanguarda da mudança;** somos os pioneiros da inovação, mobilizamos os nossos colegas e as nossas comunidades, defendemos uma educação de qualidade universal e, no terreno, trabalhamos, incansavelmente, para transformar a educação.

Reforçamos a nossa responsabilidade coletiva, o nosso dever e a oportunidade de criar um sistema educacional totalmente acessível e inclusivo, centrado nas necessidades das raparigas e das jovens mulheres, dos refugiados, das pessoas com deficiência, das pessoas pertencentes ao grupo LGBTQI+, das pessoas de cor, dos indígenas ou de outros grupos vulneráveis e marginalizados, tendo sempre em consideração a interseccionalidade destas identidades. Sublinhamos também a importância da promoção da solidariedade intergeracional, do diálogo e de parceria intergeracionais, ao longo deste processo.

No âmbito desta Declaração inédita, nós, os jovens do mundo, apresentamos a nossa visão comum para transformar a educação. É fruto de um vasto processo de consulta, no qual **perto de meio milhão de jovens,** provenientes de mais de 170 países e territórios, que participaram em mais de 20 consultas presenciais e online, à escala mundial, regional, nacional e local, e em inquéritos online, em campanhas nas redes sociais, entre outros.

Esta Declaração da juventude assenta e inscreve-se nas linhas gerais da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável e, em particular, no Objetivo 4. Fundamenta-se nos objetivos e princípios consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Carta das Nações Unidas, reforçando que a educação é um direito humano fundamental, um bem público mundial e é da responsabilidade dos poderes públicos. Fundamenta-se, também, na Nossa agenda comum - A Convenção relativa aos Direitos da Criança, A Estratégia das Nações Unidas para a Juventude (Youth2030), e outros documentos chave.

Para alcançar estes objetivos, reconhecemos que é necessário adotarmos uma abordagem interseccional, intersectorial e transversal, assente nos princípios dos direitos do homem, do desenvolvimento sustentável, da igualdade de género, da justiça climática, da inclusão, da equidade, da igualdade e da solidariedade, em todas as ações que visam transformar a educação e os seus sistemas, a nível local, nacional, regional e mundial.

Deste modo, apelamos, em particular, aos Estados-Membros, assim como aos governos, à sociedade civil, às organizações internacionais, às Nações Unidas e aos outros decisores chave dos sistemas educativos (doravante decisores) para se envolverem e garantirem a implementação das seguintes exigências:

- 1. Solicitamos** aos decisores que cooperem com a juventude em toda a sua diversidade, incluindo os representantes das associações de estudantes democraticamente eleitos, de forma significativa, eficaz, diversificada e segura, na conceção, na implementação, na execução, e na monitorização e avaliação de todo o processo de transformação da educação, no seguimento da Cimeira “Transformar a Educação”;
- 2. Solicitamos** aos decisores que incentivem e invistam na liderança juvenil e estudantil, que apoiem os sistemas de representação, especialmente para jovens oriundos de comunidades vulneráveis e marginalizadas, e que incluam os jovens e os estudantes nos órgãos políticos e de decisão e nas delegações nacionais;
- 3. Solicitamos**, urgentemente, aos decisores que descolonizem e democratizem a produção do conhecimento, a pedagogia e o ensino, beneficiando e oferecendo programas escolares que acabem com as atitudes coloniais, racistas, misóginas e discriminatórias, e reconhecendo o valor dos conhecimentos autóctones e locais;
- 4. Solicitamos** aos decisores que invistam na educação transformadora de género para criar um presente e um futuro feministas, equitativos, e livres de qualquer estereótipo de género nocivo;
- 5. Solicitamos** aos decisores que garantam uma educação sexual abrangente e de qualidade para todos os alunos, dentro e fora da escola;
- 6. Apelamos** aos decisores para investirem numa educação inclusiva que abrace a diversidade e garanta a inclusão de todos os alunos no mesmo ambiente de aprendizagem, independentemente das suas capacidades, da sua etnia, da sua religião, do seu estatuto legal, do seu género, das suas necessidades psicossociais, do seu estado civil, da sua orientação sexual, das suas responsabilidades familiares, e de outros fatores discriminatórios;

7. Solicitamos aos decisores que invistam na educação para o desenvolvimento sustentável em todos os currículos escolares e, em particular, na educação sobre mudanças climáticas, a fim de promover o desenvolvimento das e conhecimentos necessários para reforçar a resiliência, reduzir os impactos da crise climática e garantir a justiça climática, e, finalmente, investir em sistemas de alerta precoce e em infraestruturas resilientes para garantir a segurança, a proteção e a continuidade da educação;

8. Solicitamos, urgentemente, aos decisores que promovam uma visão mais ampla e holística da educação, baseada nos princípios da paz e dos direitos humanos, que permita a cada jovem ter motivação e uma vida gratificante, agradável e com qualidade;

9. Apelamos aos decisores que promovam e cultivem a liberdade acadêmica, que incentivem uma educação que estimule o pensamento crítico, a imaginação, a comunicação, a inovação, as competências socio-emocionais e interpessoais e que se esforcem para combater eficazmente a desinformação;

10. Solicitamos aos decisores que removam todos os obstáculos jurídicos, financeiros e sistêmicos que impedem os alunos, nomeadamente os jovens migrantes, refugiados e deslocados, de acederem e participarem plenamente na educação, nomeadamente, a falta de validação do conhecimento adquirido, dos documentos académicos, dos obstáculos relacionados com a transição de um nível de ensino para outro;

11. Solicitamos, urgentemente, aos decisores que criem um ambiente escolar seguro para todos, incluindo o ambiente online, livre de bullying, de assédio, de violência física, sexual, psicológica ou de género, de racismo, de sexismo, de xenofobia e de discriminação, nomeadamente no que diz respeito a aptidões físicas ou à idade;

12. Solicitamos aos decisores que garantam a saúde mental e o bem-estar de todos os alunos dentro e fora da sala de aula durante todo o percurso educativo, inclusive das crianças e jovens fora da escola, assim como a criação de ambientes propícios às atividades recreativas (artísticas e desportivas) de forma a oferecer, equitativamente, a todas as crianças e jovens um complemento à educação;

13. Solicitamos aos decisores que invistam na proteção social para apoiar o percurso educativo de todas as crianças e jovens, incluindo as raparigas e as jovens mulheres, os jovens refugiados, os jovens com deficiência, os jovens indígenas, etc., garantindo a implementação de estratégias eficazes e eficientes para que as crianças sem escolaridade regressem à escola;

14. Solicitamos aos decisores que melhorem a qualidade da educação a todos os níveis, através de um apoio reforçado para uma educação gratuita e as competências fundamentais para que todas as crianças beneficiem de atividades de alfabetização precoces e aprendam os fundamentos da leitura, da escrita e das matemáticas, no primeiro ciclo;

15. Apelamos aos decisores que reconheçam e invistam nos programas e nas organizações educativas não formais, em particular, naquelas que se destinam aos jovens, que fazem parte integrante do direito à educação e que oferecem uma abordagem fundamental para promover o desenvolvimento de valores pessoais e coletivos e o compromisso cívico por parte das crianças e da juventude;

16. Solicitamos aos decisores que invistam no desenvolvimento de competências essenciais para toda a vida, na formação técnica e profissional, na aprendizagem e em outras oportunidades pertinentes para garantir o acesso dos jovens a empregos decentes, nomeadamente, quando oriundos de comunidades vulneráveis e marginalizadas;

17. Imploramos, particularmente, aos decisores que invistam estrategicamente nas competências, nas políticas e nas estratégias verdes e digitais para fortalecer a educação, a pesquisa, as oportunidades de empreendedorismo e os empregos decentes para os jovens, especialmente aqueles que continuam sem eletricidade, internet ou acesso legal aos serviços online;

18. Solicitamos aos decisores que proporcionem aos professores uma formação de qualidade e adequada, um desenvolvimento profissional, as instalações necessárias, as condições de trabalho adequadas e um ambiente inovador, seguro e enriquecedor, melhorando o estatuto profissional, nomeadamente, trabalhando com os professores jovens, com as professoras, com os professores refugiados e com os representantes dos sindicatos dos professores;

19. Apelamos aos decisores que implementem mecanismos de recrutamento de professores, equitativos, justos, não discriminatórios e democráticos, nomeadamente de forma a garantir o recrutamento de candidatos oriundos de comunidades vulneráveis e marginalizadas;

20. Solicitamos, urgentemente, aos decisores que invistam em infraestrutura digitais e num acesso ao digital, alcançável, digno, seguro e estável para todos, para facilitar a aprendizagem e colmatar a desigualdade no acesso ao mundo digital;

21. Apelamos aos decisores que garantam fontes de financiamento sustentáveis, flexíveis, acessíveis, equitativas e eficientes e conformes aos dados disponíveis, de forma a financiar de forma eficaz e estratégica a transformação da educação de forma universal, equitativa, justa, resiliente, segura e democrática para todos os alunos, em particular para as raparigas e jovens mulheres, os jovens portadores de deficiência, os jovens refugiados, os jovens indígenas, etc.;

22. Solicitamos aos decisores e, em particular aos Estados Membros, para protegerem e aumentarem o financiamento nacional e internacional da educação, salvaguardando os orçamentos da educação, aumentando os recursos responsáveis, em termos do financiamento público, de forma a beneficiar as crianças e jovens mais vulneráveis e marginalizados, em colaboração efetiva entre os diversos setores e os ministérios e, finalmente, atingindo os 20% dos orçamentos governamentais destinados à educação;

23. Imploramos, de mesma forma, aos decisores, e em particular aos Estados Membros, que apoiem, financiem e estabeleçam parcerias público-privadas entre as partes interessadas, de modo a garantir um financiamento destinado à transformação da educação e à redução das desigualdades educativas ao nível da qualidade da educação, entre e nas regiões, nas instituições públicas e privadas, nas zonas urbanas rurais, etc.;

24. Solicitamos, em particular, aos decisores que aumentem o financiamento para a educação durante e após situações de emergência nas regiões e nos territórios atingidos, através da ajuda pública para o desenvolvimento, da ajuda humanitária, do financiamento público, etc., até que todas as crianças e jovens tenham um acesso equitativo a uma educação de qualidade, especialmente as raparigas e as jovens mulheres, os refugiados e os deslocados;

25. Solicitamos aos decisores que utilizem medidas e procedimentos sólidos e democráticos para implementar, de forma transparente, responsável e eficaz, as recomendações pré-citadas, garantindo, particularmente, que a juventude possa intervir e questionar as ações dos decisores, diretamente ou por intermédio de representantes.

Guiados pelos princípios, pelos objetivos e pelas solicitações referidas anteriormente, nós, os jovens do planeta, comprometemo-nos a:

1. Ser solidários com todos os jovens do planeta, em toda a sua diversidade, em particular as jovens mulheres e raparigas, os jovens LGBTQI+, os jovens portadores de deficiência, os jovens refugiados e os migrantes, os jovens indígenas e os outros grupos vulneráveis e marginalizados, para transformar a educação;
2. Continuar a lutar pela transformação da educação, aos níveis individual e coletivo, com os movimentos sociais, as organizações da sociedade civil, as medidas propostas pela juventude, etc.;
3. Continuar a responsabilizar os decisores, em particular os Estados Membros, durante todo o processo de conceção, de execução, de implementação, de monitorização e de avaliação das solicitações referidas anteriormente, garantindo, simultaneamente, que o nosso quadro de responsabilização seja transformador de género;
4. Lançar um plano de ação coordenado pela rede SDG4Youth, após a cimeira, para avançar com a concretização dos pedidos anteriormente enumerados, mobilizar as partes interessadas de forma a continuar a ampliar o movimento mundial para a transformação da educação e dotar os jovens com competências fundamentais para defender uma educação de qualidade a nível local e mundial;
5. Promover o diálogo e a cooperação intergeracionais, interculturais e inter-religiosos nos sistemas educativos de todas as comunidades, de todos os países e de todas as regiões, a fim de criar um mundo melhor, assente na solidariedade, na diversidade, na empatia, na compreensão mútua e no respeito.